



Nº 59 - NOVEMBRO/DEZEMBRO DE 2024

REVISTA

RECONEXÃO PERIFÉRIAS

Diversidade, direitos humanos e democráticos nas periferias



ARTE DE LEEN VANDAL

João Jorge, presidente da Fundação Palmares, fala sobre educação e arte na luta por igualdade

Amparar acolhe familiares de pessoas privadas de liberdade



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores



CONFIRA A SEÇÃO **OPORTUNIDADES**

Diversidade e defesa dos direitos humanos nas periferias



OBRA DE LEEN VANDAL

Em celebração ao Dia da Consciência Negra (20 de novembro) e ao Dia Internacional dos Direitos Humanos (10 de dezembro), a revista **Reconexão Periferias** traz, nesta edição, textos que buscam refletir sobre a importância da diversidade e da defesa dos direitos humanos para

construir e consolidar a democracia no Brasil.

O artigo *Candidaturas periféricas por uma política inclusiva e emancipadora*, de Wescrey Portes Pereira, afirma que eleger candidatos periféricos é essencial para ampliar novas práticas políticas, capazes de tornar

as Casas Legislativas reflexos mais fiéis da sociedade brasileira. “Com agendas inovadoras, projetos transformadores e a coragem de construir um horizonte mais inclusivo, essas candidaturas oferecem uma chance concreta de usar a política como ferramenta de mudança, promovendo um futuro mais igualitário e plural para todos”.

G20 Social, um momento de reafirmação dos povos periféricos, artigo de Darlene Testa, traz um panorama das discussões ocorridas durante o evento que mobilizou organizações de todas as regiões do Brasil e dos países signatários do fórum de cooperação econômica internacional, criado em 1999 como resposta às crises econômicas da década de 1990. E resume ainda as principais

PROJETO RECONEXÃO PERIFÉRIAS ■ CONSULTOR RESPONSÁVEL ARTUR HENRIQUE DA SILVA SANTOS ■ COORDENADOR DO PROJETO PAULO CÉSAR RAMOS ■ EQUIPE RUAN BERNARDO, SOFIA TOLEDO, VICTÓRIA LUSTOSA BRAGA, DARLENE TESTA, MATEUS TANCREDO TOLEDO E VILMA BOKANY ■ COLABORADORES SOLANGE GONÇALVES LUCIANO ■ EDIÇÃO E REVISÃO ROSE SILVA ■ PRODUÇÃO EDITORIAL CÂMILA ROMA ■ PROJETO GRÁFICO CACO BISOL ■ DIRETORIA EXECUTIVA DA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO PAULO OKAMOTTO (PRESIDENTE), BRENNO CÉSAR (VICE-PRESIDENTE), DIRETORES: ALBERTO CANTALICE, ALEXANDRE MACEDO DE OLIVEIRA, CARLOS HENRIQUE ÁRABE, ELEN COUTINHO, JORGE BITTAR, MONICA VALENTE, NAIARA TORRES E VALTER POMAR.

recomendações da CUT-Brasil apresentadas em um documento, além do conteúdo da declaração final oficial, com destaque para o trabalho de articulação e mobilização das periferias.

Na *Entrevista*, o presidente da Fundação Cultural Palmares João Jorge Rodrigues dos Santos, que é também advogado, escritor e um dos fundadores do Olodum, fala de sua trajetória na arte, educação e política e também sobre os desafios da Fundação Cultural Palmares. “Conversamos hoje bastante sobre a potência da população chamada periférica, que está ainda escondida no Brasil e vem sendo tratada de forma inferiorizada, mas precisa vir

para o centro da política, do debate, para termos a possibilidade de ser um país bom, feliz e de oportunidade para todos. Para que o Brasil seja um país civilizado. Esse é o esforço da Palmares, civilizar o Brasil. Não é possível um país chegar aos 600 anos sem ser uma civilização”.

No *Perfil*, a revista apresenta o coletivo Amparar, que nasceu em 1997 a partir de um grupo de mães que se organizaram para defender seus filhos das torturas e abusos praticados dentro da Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor de São Paulo (Febem). A Associação foi instituída juridicamente em 2004 e, desde então, atua na defesa dos direitos humanos de adolescentes e adultos

encarcerados e egressos do sistema penal e de seus familiares.

A seção de *Arte* apresenta a artista visual urbana, ilustradora, grafiteira e tatuadora Leen Vandal, que aprimora sua arte com técnicas mistas em tinta, graffiti, tattoo, ilustrações manuais e digitais. Desenvolve artes manuais, digitais e graffiti desde 2008 e tatua desde 2010. Desde 2017 é produtora cultural no Coletivo Triluna, composto por mulheres do Hip Hop, e integra o coletivo de arte urbana Mandacaru desde 2018.

A revista traz ainda as seções de *Programas* e *Oportunidades*.

Boa leitura! Boas lutas! ■

Candidaturas periféricas por uma política inclusiva e emancipadora

WESCREY PORTES PEREIRA

WESCREY PORTES PEREIRA
É DOUTOR EM SOCIOLOGIA
PELO INSTITUTO DE
ESTUDOS SOCIAIS
E POLÍTICOS DA
UNIVERSIDADE ESTADUAL
DO RIO DE JANEIRO E
PESQUISADOR ASSOCIADO
NO GRUPO DE ESTUDOS
MULTIDISCIPLINAR DA
AÇÃO AFIRMATIVA (GEMAA)



BRUNO PERES/AGÊNCIA BRASIL

Eleger candidaturas negras e periféricas fortalece a luta por uma sociedade mais justa, diversa e democrática

A política brasileira é marcada por uma profunda desigualdade racial e social, que reflete composições das Casas Legislativas nos diferentes níveis federativos. São espaços ocupados majoritariamente por homens brancos e de classes altas. As instituições não representam a diversidade racial e social de um país com uma população

composta em sua maioria por pretos, pardos e pobres. Diante da sub-representação nos espaços de poder, fortalecer e eleger candidaturas negras e periféricas é um passo essencial para construir uma democracia socialmente justa.

Assim sendo, a defesa da representação de grupos marginalizados se faz importante, pelo fortale-

cimento da democracia e exigência de inclusão política, ampliando a participação ativa desses grupos nas decisões. O horizonte liberal de igualdade, por vezes, ignora as condições materiais da competição eleitoral. Contudo, a democracia vai além de critérios institucionais, como voto universal e eleições livres: é também

inclusão social, correção das desigualdades e inclusão progressiva de diferentes grupos nos processos políticos.

O Brasil, historicamente, é, profundamente desigual, porém a exclusão de uma parcela da população dos espaços políticos não é apenas um reflexo desta desigualdade. O sistema político, partidário e eleitoral também produz novas desigualdades. As dinâmicas de distribuição de recursos financeiros, as diferentes redes de apoio e o capital social dos atores dificultam aos diferentes grupos sociais apresentar candidaturas com capacidade de disputar os votos em condições mais igualitárias. E reforçam a hegemonia de um perfil social e afastado das vivências e demandas da maior parte dos brasileiros.

Isto é, a exclusão se traduz em agendas políticas que não refletem os interesses da população negra e periférica, reforçam desigualdades e a manutenção do poder político na mão de pou-

cos. A predominância de políticos que não vivenciaram as dificuldades sociais cotidianas produz um sistema político afastado de dilemas no âmbito do acesso à saúde pública, educação, transportes e trabalho. Desta forma, as decisões políticas ficam limitadas a respostas parciais frente aos dilemas públicos da sociedade.

Importante destacar que, embora tenhamos essa predominância de eleitos brancos e das classes altas, há uma presença significativa de candidaturas negras e periféricas disputando as eleições. A conjuntura política brasileira têm destacado candidaturas e políticos com origens populares. Tais candidaturas refletem o avanço na articulação de movimentos sociais, coletivos comunitários e redes de articulação, buscando e reivindicando espaço e exigindo novas formas de participação política. São movimentos políticos que almejam representação política conectados com novas agendas.

O ingresso dessas vozes nos espaços Legislativos e Executivos não é apenas um ato de correção de desigualdades históricas. Mas também uma oportunidade para repensar a política brasileira. Candidaturas negras e periféricas têm trazido pautas inovadoras, como o direito à cidade, ao trabalho digno, à democratização dos meios de produção cultural, à proteção ambiental e ao combate ao racismo e à violência institucional. Essas propostas emergem das vivências e das resistências históricas das periferias e têm o potencial de transformar a política em um instrumento efetivo de inclusão e emancipação social.

A predominância de legisladores brancos e de classe alta não é apenas excludente, mas revela limitações na capacidade de imaginar e construir caminhos transformadores. Em contrapartida, candidaturas negras e periféricas se destacam por trazer soluções que refletem as vivências da maioria, uma política

mais conectada com as aspirações coletivas do povo. Além disso, eleger essas candidaturas é uma alternativa progressista frente à escalada conservadora que ameaça direitos conquistados. Os desafios da política econômica, o combate às desigualdades e a defesa da política de ação afirmativa são alguns dos desafios enfrentados pelas populações negras e periféricas. Nesse contexto, as candidaturas que emergem desses grupos não apenas defendem direitos, mas também constroem novas possibilidades de futuro.

Imaginar um futuro diferente é mais do que um exercício de idealização; é assumir o compromisso de transformar a realidade. Eleger candidaturas negras e periféricas fortalece a luta por uma sociedade mais justa, onde a diversidade seja valorizada e reconhecida como um pilar democrático. É uma oportunidade para reestruturar o poder, democratizar a política e priorizar as maiorias sociais nas decisões. É preciso reconstruir nossos sonhos de um mundo mais justo, ter a capacidade de imaginar uma sociedade mais igualitá-

ria, onde todos possam se ver representados e participar da construção do futuro.

Eleger essas candidaturas significa abrir caminhos para novas práticas políticas, capazes de tornar as Casas Legislativas reflexos mais fiéis da sociedade brasileira. Com agendas inovadoras, projetos transformadores e a coragem de construir um horizonte mais inclusivo, essas candidaturas oferecem uma chance concreta de usar a política como ferramenta de mudança, promovendo um futuro mais igualitário e plural para todos. ■



FOTO: MARCELLO CASAL /AGÊNCIA BRASIL

G20 Social, um momento de reafirmação dos povos periféricos

DARLENE TESTA

Evento mobilizou organizações de todas as regiões do Brasil e de outros países com o objetivo fortalecer a economia internacional e discutir o desenvolvimento socioeconômico global



FOTO: @G20SOCIAL

DARLENE TESTA
É CONSULTORA DA
RECONEXÃO PERIFÉRIAS,
RESPONSÁVEL PELO EIXO
TRABALHO

Com temas de preocupação planetária como segurança alimentar, energética e clima, as transformações do mundo trabalho e as desigualdades entre homens e mulheres, destacando a necessidade de alianças para combater a fome e promover desenvolvimento sustentável, o G20 Social mobilizou organizações de todas as regiões do Brasil e dos países signatários do fórum de cooperação econômica internacional criado em 1999 como resposta às crises econômicas da década de 1990. Seu objetivo é fortalecer a eco-

nomia internacional e a discussão de temas fundamentais para o desenvolvimento socioeconômico global, como comércio internacional, agricultura, fontes de energia e meio ambiente.

Tendo o Brasil na presidência pela primeira vez neste ano, foi constituído um G20 Social em que organizações da sociedade realizaram debates e elaboraram um documento a ser apresentado aos chefes de estado do G20.

Painéis de debates com temas como tecnologias

emergentes, sustentabilidade ambiental e justiça social para um trabalho decente, superação das desigualdades, especialmente as entre homens e mulheres no mercado de trabalho, educação pública, proteção social para as populações vulneráveis, uberização e trabalho doméstico, transição energética e mudanças climáticas possibilitaram que a sociedade tivesse voz e apresentasse um documento, fruto desse debate, aos chefes de Estado no início da Cúpula.

O movimento sindical participou de diversos debates e destaca-se o documento da CUT que enfatiza que “A luta contra a fome, a pobreza e a desigualdade é um desafio global que exige ações contundentes e coordenadas. Nesse cenário, o papel das organizações sindicais se torna crucial, pois representam a voz dos trabalhadores e das trabalhadoras na construção de políticas que priorizem o bem-estar social e a justiça econômica”.

A CUT Brasil, ao fazer recomendações aos Chefes de Estado do G20, destaca a importância de medidas que coloquem o trabalho digno no centro do desenvolvimento econômico, garantindo que os benefícios do crescimento sejam distribuídos de forma equitativa. Entre as principais recomendações está a implementação de políticas que fortaleçam os direitos laborais e as condições de trabalho, como a redução da jornada de trabalho sem diminuição de salários, e uma política permanente de valorização do salário-mínimo. Além

disso, o investimento em educação profissional e tecnologia é essencial para capacitar a força de trabalho, promovendo a inovação e a competitividade das economias locais.

O texto final da Declaração oficial destacou pontos relevantes para o trabalho de articulação e mobilização das periferias como o combate à fome e a pobreza; apoio à tributação dos bilionários; medidas pela transição energética; reforma da governança global; e celeridade nas ações pelo clima e apoio à COP 30 (Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas), que acontece em 2025 em Belém (PA), no Brasil.

Ao reafirmar o compromisso com temas cruciais para o futuro global, com ações coordenadas para enfrentar as mudanças climáticas, promover transições energéticas justas, preservar o meio ambiente, fortalecer as instituições globais, a modernização da arquitetura financeira internacional, a promoção de

um sistema multilateral de comércio inclusivo, a taxação dos super ricos e o desenvolvimento ético da inteligência artificial, o Brasil reafirma também seu protagonismo.

No combate às desigualdades, especialmente as de gênero, foram diversos debates que tiveram êxito no texto final com "total compromisso com a igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas".

Sobre o lema de 2024: "Construindo um mundo justo e um planeta sustentável", com foco na redução de desigualdades e ações socialmente justas e ambientalmente sustentáveis, o documento renovou o compromisso para atingir emissões líquidas zero até meados do século e aumentar significativamente as energias renováveis e a eficiência energética globalmente até 2030, lançando uma Força Tarefa para Mobilização Global contra

as Mudanças Climáticas, com reforço ao financiamento climático, no empenho em mobilizar financiamento novo e adicional de todas as fontes para florestas. E reafirma o desejo de reduzir a degradação do solo em 50% até 2040 de forma voluntária e medidas para prevenir, gerenciar e lidar com os impactos negativos de secas e incêndios florestais extremos.

Pela primeira vez na história do fórum, o grupo se compromete a mobilizar recursos para saneamento básico e acesso à água potável e compreende o enfrentamento ao racismo e a promoção da igualdade racial no contexto de combate às desigualdades.

Como marca da presidência brasileira, foi lançada a Aliança Global contra a fome e a pobreza, promovendo estratégias como transferência de renda, programas de alimentação escolar e acesso ao microcrédito.

Embora o evento tenha sido um sucesso por conseguir apresentar

uma Declaração tão ampla e consistente, a execução das ações é um desafio que precisaremos monitorar e pressionar para que as responsabilidades do Brasil sejam executadas. E mais, que as propostas ali contidas sejam difundidas e compreendidas por nossas organizações, visando a necessária mobilização para sua implementação.

A visibilidade para as organizações da sociedade civil e a mobilização ali encontrada necessita de rebatimento no cotidiano das ações em cada região do Brasil.

A Reconexão Periferias pode contribuir muito na difusão das reflexões e compromissos expressos na Declaração Final do G20 como elementos para a consecução de ações estratégicas no rumo de um crescimento econômico sustentável, com políticas inclusivas que respeitem a dignidade e os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras em todo o mundo, especialmente no Brasil. E que a transição justa considere efetivamente a sustentabilidade ambiental e a equidade social. ■



FOTO: RICARDO STUCKERT/PR

Direitos Humanos e Inclusão da População LGBTI+ em Rondônia

KAREN DE OLIVEIRA DIOGO E FRAN ELLWBAK

KAREN DE OLIVEIRA DIOGO É PRESIDENTE DA COMUNIDADE CIDADÃ LIVRE – COMCIL, COORDENADORA NORTE PELA RNTTHP-REDE NACIONAL DE MULHERES TRAVESTIS, TRANSEXUAIS E HOMENS TRANS VIVENDO E CONVIVENDO COM HIV/AIDS.

FRAN ELLWBAK É COORDENADORA DO GRUPO COMCIL, E DO PROJETO DE RETIFICAÇÃO DE NOME E GÊNERO IDEALIZADO PELO GRUPO DESDE DE 2019 POR MEIO DO COZINHA E VOZ.

A Comunidade Cidadã Livre (Comcil) é uma organização voltada à promoção do bem estar social, do exercício da plena cidadania e da garantia dos direitos humanos.

A Comcil trabalha pela busca ativa de políticas públicas que garantam a inclusão, o respeito e o reconhecimento da população LGBTI+ e família, por meio de ações práticas e educativas, especialmente voltadas para a população trans, com o intuito de garantir o acesso aos direitos fundamentais que muitas vezes lhes são negados.

Nessa perspectiva, o direito à retificação de nome foi consolidado apenas em 2018, por meio da ADI 4275/DF. Quando julgada pelo Supremo Tribunal Federal, passou a assegurar que pessoas trans teriam direito a retificação de nome sem apresentar nenhum tipo de laudo, exame ou cirurgia. Entenderam assim que se

trata de um direito que precisa ser assegurado às pessoas trans, dando o primeiro passo para a desburocratização da retificação de nome e garantia de direitos. A resolução do CNJ (Provimento 73/2018) permitiu que a retificação de nome fosse realizada de forma extrajudicial, ou seja, sem necessidade de processos judiciais diretamente nos cartórios de oficiais, o que democratizou o acesso a um direito tão importante da população trans e travesti.

Porém, apesar da desburocratização, ainda esbarramos em uma questão importante: a vulnerabilidade social e econômica vivenciada pela população trans e travesti, pois os custos associados à retificação



KAREN DE OLIVEIRA DIOGO. FOTO: DIVULGAÇÃO

não contemplam a realidade vivenciada por ela. De acordo com o Censo Trans (Rede-Trans), 60,5% vivem com até um salário mínimo e 19,9% não têm nenhum rendimento. Os dados mostram que existe um contexto de pobreza decorrente da extrema dificuldade de acesso ao mercado de trabalho e à educação.

Em Rondônia, essa dura realidade também é vi-

1. A COMPRENSÃO MILITARIZADA DA SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL É UM DOS FATORES QUE ORGANIZAM AS RELAÇÕES ENTRE O BRAÇO ARMADO DO ESTADO E A POPULAÇÃO. ESSE FORMATO NÃO É ALGO NOVO, ESTÁ DIRETAMENTE ATRELADO À CONSTITUIÇÃO DO PAÍS E AOS SEUS PROCESSOS HISTÓRICOS. COMO O PERÍODO DA DITADURA CIVIL-MILITAR (1964-1985), QUE, PELO DECRETO-LEI Nº 667# - QUE SEQUE VIGENTE - CRIOU A INSTITUIÇÃO POLÍCIA MILITAR, POR MEIO DA FUSÃO ENTRE A GUARDA CIVIL E A FORÇA PÚBLICA, ORGANIZAÇÕES POLICIAIS QUE ESTAVAM DIRETAMENTE VINCULADAS AO EXÉRCITO. ESSA CONFLUÊNCIA HISTÓRICA É UM DOS FATORES QUE INIBIRAM A POSSIBILIDADE DE IDENTIFICAR QUAIS SÃO AS ATRIBUIÇÕES PARTICULARES AOS POLICIAIS E QUAIS CABEM AOS MILITARES, E SE JUSTIFICA POR ESTAS INSTITUIÇÕES DIFERENTES TEREM OS MESMOS SIGNIFICADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA, UM SENTIDO VOLTADO PARA O COMBATE E EXTERMINIO DOS INIMIGOS - EXTERNOS E INTERNOS - DO ESTADO.



FRAN ELLWBAK. FOTO: DIVULGAÇÃO

venciada pela população trans e travesti, sobretudo por quem reside em bairros periféricos. Foi a partir dessas observações que o grupo Comcil iniciou o projeto de acompanhamento de pessoas trans e travestis no processo de retificação de nome e gênero. Essa ação teve início em parceria com a Defensoria Pública do Estado de Rondônia e, posteriormente, com a colaboração do Núcleo de Práticas Jurídicas da Faculdade Católica.

Importante destacar que, apesar de a ação ter sido originalmente planejada para um período mais curto, a demanda pelo

serviço foi tão grande que segue até hoje. O projeto iniciado em 2019 resultou em 90% de sucesso na retificação de registro civil, com atendimento de mais de 100 pessoas desde o início, o que demonstra o tamanho do sucesso e o impacto na comunidade trans e travesti na garantia de direitos.

Teve ainda desdobramentos em outras ações, de forma a ampliar os direitos de trans e travestis.

Desdobramentos - Para além de garantir acesso à retificação, foi necessário realizar a abordagem no que diz respeito ao uso

do nome social. Um dos primeiros passos foi a sensibilização e capacitação dos profissionais do Sistema Único de Saúde (SUS) sobre a importância do uso do nome social nas UBSs. A ação buscou garantir que a população trans fosse tratada com dignidade, respeitando sua identidade de gênero. Além disso, trabalhamos para conscientizar os profissionais sobre as especificidades da população trans, como a questão da "não passabilidade" e as diferentes experiências de vida, muitas vezes associadas a preconceitos e exclusões.

O nome social não é apenas uma questão de reconhecimento, mas também de acolhimento, adesão e permanência no sistema de saúde, especialmente para as pessoas trans, que frequentemente enfrentam dificuldades no acesso ao atendimento médico, garantindo assim um bom relacionamento entre profissional de saúde e usuários do SUS.

Uma das demandas identificadas foi a inclusão do nome social nas tarifas de serviços públicos, como energia e água. Muitas pessoas trans enfrentavam constrangimentos devido ao fato de que ainda não conseguiam realizar a mudança de nome em documentos como o CPF, o que gera discriminação nas contas de serviços essenciais. Esta inclusão foi fundamental para combater o estigma e as dificuldades diárias enfrentadas, es-

pecialmente para quem mora de aluguel e não tem controle sobre a titularidade das contas.

Criação e efetivação de políticas públicas -

Uma grande conquista foi a criação e efetivação de uma portaria que estabeleceu diretrizes para a inclusão da população LGBTI+ no sistema prisional do estado de Rondônia. Por meio da Secretaria de Estado da Justiça, com apoio da Gerência de Reinserção

Social, a portaria aborda questões fundamentais, como a proteção e a garantia de direitos básicos para pessoas LGBTI+ no sistema penitenciário, um passo importante na prevenção da violência e na promoção da ressocialização, atuando em rodas de conversas com os policiais penais para entendimento das especificidades da população LGBTI+ e minimização de conflitos entre profissionais e apenados.■

'Só se liberta da opressão pela educação

ROSE SILVA

Nascido na Rua do Bispo, no Centro Histórico de Salvador (BA), em 1956, João Jorge Rodrigues dos Santos entendeu muito jovem que cultura, educação, arte e política andam sempre juntas. E dessa compreensão visionária nasceu o Olodum, um dos maiores ícones da cultura popular brasileira, do qual foi um dos fundadores e esteve à frente como presidente por anos até assumir a presidência da Fundação Cultural Palmares, em março de 2023.



FOTO: SERGIO SILVA

Escritor, palestrante, produtor cultural, advogado e mestre em Direito pela Universidade de Brasília, ele foi militante do Movimento Negro Unificado e sempre lutou por justiça, democracia e igualdade.

Com três livros publicados: *Carnaval, Cultura, Negritude* (Salvador: Associação Carnavalesca Bloco afro Olodum, 2005); *Olodum – Uma estrada da paixão* (Salvador Bahia: Edições Olodum, 1996); e *Fala Negão, o discurso sobre a igualdade* (2021), João Jorge se consolida como um pensador da cultura e

da arte pela igualdade no Brasil e no mundo. Nesta entrevista, ele fala de sua trajetória na arte, educação e política e também sobre os desafios da Fundação Cultural Palmares.

O senhor é um dos fundadores do Olodum, um ícone da cultura brasileira, que há mais de quatro décadas encanta pessoas de todas as idades. A que o senhor atribui esse encantamento?

Atribuo à força das mulheres, dos homens, dos jovens e dos mais idosos que compõem a atmosfera

do Olodum. Diferente de outros blocos, o Olodum foi criado em um bairro pobre, Maciel-Pelourinho, em 25 de abril de 1979, teve suas primeiras dificuldades e se reinventou em 1983, quando transformou-se de bloco afro em grupo cultural. Investiu para criar uma escola – a primeira afro-brasileira do país – um bando de teatro, uma banda de shows, um grupo de dança e, ao mesmo tempo, participou ativamente da política brasileira nos anos 1980 e 1990. Esteve presente nas primeiras campanhas do presidente Lula, e passou



FOTO: DIVULGAÇÃO

a ser visto como grupo de esquerda, mas, na verdade, é um grupo afro popular, com vocação para fazer política e cultura. Talvez o sucesso do Olodum hoje em dia ainda se deva a cantar as coisas para a nossa gente, o nosso povo, dentro do viés da política e transformando a realidade. Fizemos uma fusão disso. Tanto que o nosso ritmo básico é o samba-reggae, que é a fusão do samba tradicional com o reggae da Jamaica e seu discurso político.

O senhor sempre apostou na cultura e na educação para o combate ao racismo. Como foi que surgiu essa ideia?

Começou a partir de 78. O meu pai faleceu em 5 de julho daquele ano, e eu tinha um compromisso com ele de não ser mili-

tante partidário, não ser sindicalista. Eu trabalhava no polo petroquímico da Bahia e resolvi ir para o sindicato. Fui militante junto com Jaques Wagner, Rui Costa e tantos outros. Então optei pela educação para uma revolução. Eu tinha uma influência de Amílcar Cabral, da Guiné-Bissau, de Agostinho Neto, de Angola, e de Samora Machel, de Moçambique, e convivía, na Universidade Católica, com padres africanos. A tese deles era que “sem educação não vai”. Depois passamos a ter os encontros de negros do Norte e Nordeste, o encontro afro-brasileiro da Cândido Mendes e, aqui em São Paulo, o encontro das culturas negras com Abdias do Nascimento. Estava óbvio pra mim que cultura, educação,

arte e política não eram coisas separadas. Então investi, de 1983 para cá, em Educação pela cultura, cultura pela educação. Com isso, a gente apresentou ao Brasil o reino do Egito e dos Faraós, era um tema da cultura negra, científico, do Cheikh Anta Diop, do Senegal. Em vez de trabalhar com um livro dizendo que o Egito é negro, fizemos um carnaval espetacular em 1987, com Grande Otelo e Zezé Mota, sobre isso.

África é uma das matrizes da cultura brasileira. Porém, até hoje, apesar de todos os avanços que tivemos, ainda não é devidamente reconhecida. Qual é o caminho para que seja valorizado o papel de África na nossa cultura?

É preciso contar as coisas, os fatos, as referências de 54 países por meio da educação e cultura. Em alguns países, são 80 etnias, como é o caso da Etiópia, e em outros são duzentas. Precisamos perder a ideia de que África é uma ilha. Ninguém vai para África, um continente inteiro. Vai para Nigéria, Benin,

Etiópia, Egito. Assim como não se vai para o continente europeu, e sim para França, Espanha. Esse conhecimento precisa ser destilado de forma mais rápida e moderna, com games, quadrinhos, playlists. Porque nós temos um bombardeio de comunicação no qual África é o primo pobre, são os animais, a girafa, o leão. E também é o lugar das doenças e das guerras. Na realidade, África é a ciência, a imortalidade, a espiritualidade, a literatura, a química. O nome do Egito é Kemet, que quer dizer terra preta, da química. Nós construímos grandes coisas, mas nenhuma faculdade ensina isso. Construímos as pirâmides, esfinges, templos. Criamos a ideia de que o corpo não deve ser jogado para as hienas, e sim enterrado com dignidade. Somos o berço dos direitos humanos. Temos africanos que conquistaram prêmios Nobel da Literatura, da Paz. Há muitas coisas que nós brasileiros não sabemos e, ao não sabermos, não amamos. Os blocos afro da Bahia fizeram esse papel de divulgar a histó-

"A negação do racismo é uma característica da América Latina: México, Peru e Colômbia criaram o termo mestiçagem. O Brasil, até 1960, não tinha uma definição de cor no censo, justamente para disfarçar essas diferenças "

ria e essas referências. É algo simples e difícil: é só não ficar preso à imagem do Tarzan que está no imaginário.

Uma das grandes conquistas do povo negro brasileiro foi a lei 10.639, instituída 21 anos atrás, que determina o ensino de História de África e da História Afro-Brasileira. Só que até hoje isso ainda permanece como um desafio. O que falta para que a lei atinja seu objetivo?

As leis no Brasil, desde o Império, são difíceis de pegar. Você tem a Lei Maria da Penha, foi preciso fazer um ajuste nela agora.

Porque muitas vezes a lei é criada no clamor de casos de racismo, de feminicídio, para dizer que algo foi feito, mas a prática social e cultural continua acontecendo. No caso das leis sobre ensino da história de África e do negro no Brasil é a mesma coisa. Vários diretores de colégios não quiseram aplicar, professores reclamavam que não tinham material, e mais, achavam que era um racismo às avessas. Então criaram-se anticorpos para que não se espalhasse pelo Brasil. O que nós precisamos é que cada escola, os cursos de História, de Geografia, de Português, tenham conteúdos ligados à história de África e da história negra, sobre a civilização que nós criamos. É preciso voltar para a escola usando material bibliográfico, o professor deve ser readaptado à nova realidade, porque há professores que saíram do curso de Pedagogia há 20 anos. Como eles agora vão ter uma pedagogia para ensinar sobre os povos Taubons, que retornaram para África, ou os Dogons, ou o Egito? Para eles, o Egito é branco, de Cleópatra.

Há toda uma formação que pode ajudar. Estamos no meio do caminho. A nós, cabe reforçar que os governos populares façam cumprir a lei e aprofundem esse conhecimento, porque só se liberta da opressão pela educação. O caso da Guiné-Bissau é exemplar. O líder Amílcar Cabral orientou Paulo Freire para trabalhar com a educação e ele se tornou um gigante da pedagogia mundial, orientado por uma africano que, sem um avião sequer, derrotou Portugal em 1973. Como ele fez isso? Educou a zonas rurais. Trabalhou a educação para a população camponesa. Ele teve de fazer a população descobrir seus valores, pois educação e valores andam juntos. Então, no caso da população negra, a educação sobre a África, sobre a história do negro, é fundamental para nossa autoestima, porque sem isso as dificuldades continuarão. O racismo prende dois tipos de pessoa: Uma pelo complexo de superioridade e o outro de inferioridade. Ambos são presos em correntes invisíveis.

Um dos elementos que travam o combate ao racismo no Brasil é a negação. Durante muitos anos, o Brasil negou que era um país racista. Como o senhor vê esse processo hoje? Existe mais consciência racial?

A negação do racismo é uma característica da América Latina: México, Peru e Colômbia criaram o termo mestiçagem. O Brasil, até 1960, não tinha uma definição de cor no censo, justamente para disfarçar essas diferenças. Brigamos muito para mudar isso e, em 1980, a declaração voltou. Hoje pretos e pardos somos 56% da população. E a maioria nas cadeias e em situação de pobreza. Temos os dados sobre o racismo, já não se consegue mais dizer que ele não

existe. Tem também o caso das mulheres. O Brasil não vê a desigualdade, mas ela existe no salário, nas oportunidades, na violência. E por que se nega o tempo inteiro? Porque esse tipo de opressor trabalha a mente do oprimido. Eles fazem a opressão na sua cabeça para que você pense pela cabeça deles enquanto dizem que não existe machismo nem racismo. O movimento negro consciente, dos anos 1970 para cá, brigou por educação, pelas cotas nas universidades e também no concurso de professores. Há uma luta das mulheres negras fantástica, fundamental para melhorar a situação da mulher no país. Contudo, não é uma luta simples, que termina em 100 anos. São mais de 300 anos de escla-



FOTO: MINISTÉRIO DA CULTURA

vidão e, há pouco tempo, temos as chamadas políticas de ação afirmativa.

As populações e os artistas periféricos têm muita dificuldade de acessar recursos e produzir cultura. O senhor avalia que mudou alguma coisa com o novo Marco Regulatório da Cultura? Algum progresso nesse sentido?

Vai ficar mais fácil, porque haverá um sistema nacional de regulação da cultura que vai dar indicativo de quem serão os beneficiados. Imagina um país como o Brasil, continental, com diversas formas de cultura no Amapá, Rio Grande do Sul, Maranhão, Mato Grosso, Bahia, Roraima. Você não tem dispositivos unificados que digam como se adaptar à cultura. Então, os grupos que não estão no centro, os periféricos, sempre vão encontrar dificuldade para obter apoio, recursos e sucesso. Com o marco regulatório vai ser um caminho mais fácil, por isso é fundamental uma discussão nacional sobre ele. É uma conquista do Ministério da Cultu-

ra e também para que a gente possa se programar e estabelecer quais são as políticas públicas do Brasil nos próximos dez anos, até a revisão desse marco.

Sobre a Fundação Palmares, o senhor comentou que ela sofreu um processo muito grande de esvaziamento. Quais são os principais desafios?

O principal desafio é dar à Palmares o papel de símbolo da dignidade brasileira, da luta contra a opressão, contra o racismo e por uma cultura de igualdade. Ao mesmo tempo, ela sofreu um processo de dismantelamento brutal que exige da gente um esforço triplamente concentrado para o espaço físico funcionar, recurso, publicações, para que ela seja aquilo que o povo brasileiro espera. A Fundação foi criada em 26 de agosto de 1988, antes da Constituição cidadã. Isso dá uma dimensão dessa ferramenta política criada no governo Sarney, por militantes do movimento negro, para falar e tratar dos assuntos que interessam aos 102 milhões de afro-brasileiros.



FOTO: REPRODUÇÃO

Não é uma população pequena. Ainda que fosse, é uma população que merece apoio, respeito no Brasil republicano. Nós conversamos hoje bastante sobre a potência que é a população chamada “periférica”. Essa potência que está ainda escondida no Brasil vem sendo tratada de forma inferiorizada, mas precisa vir para o centro da política, do debate, para termos a possibilidade de ser um país bom, feliz e de oportunidade para todos. Para que o Brasil seja um país civilizado. Esse é o esforço da Palmares, civilizar o Brasil. Não é possível um país chegar aos 600 anos sem ser uma civilização. ■

Assista a entrevista
no YouTube.
[CLIQUE AQUI](#)

Amparar organiza e orienta familiares de pessoas privadas de liberdade

ROSE SILVA



FOTO: REDES SOCIAIS AMPARAR

A Associação de amigos e familiares de presos (Amparar) nasceu em 1997, a partir de um grupo de mães que se organizaram para defender seus filhos das torturas e abusos praticados dentro da Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor de São Paulo (Febem).

A Amparar foi instituída juridicamente em 2004 e, desde então, atua na defesa dos direitos humanos de adolescentes e adultos encarcerados e egressos do sistema penal e de seus familiares.

Suas principais atividades são atender familiares de pessoas presas para acompanhar as denúncias encaminhadas à malha

institucional jurídica e assistencial; organizar rodas de conversa dos familiares para a troca de experiências; sistematizar e analisar informações coletadas durante os atendimentos; organizar seminários sobre prisão provisória e encarceramento em massa; e produzir e divulgar material informativo a respeito desses temas.

Uma das fundadoras da organização, Railda Alves, entrou na luta pelos direitos de pessoas privadas de liberdade quando seu filho de 14 anos foi para a Febem, em meados de 1997. “Foi um processo muito difícil, de várias rebeliões e muitas torturas. Quando ele foi para lá, deparei com a situação e falei: tenho de fazer algo, precisa ser feito algo

nesse espaço”, lembra. Segundo ela, o local se assemelhava a um campo de concentração. “Quando a gente chegava para visitar os adolescentes e os abraçava, eles sentiam dor, porque tinham apanhado, viviam em condições desumanas. O tempo todo eram torturados psicológica fisicamente”, relata.

Nesse momento, Railda teve um olhar mais amplo e passou a conversar com as mulheres que estavam na mesma situação para dizer que era preciso fortalecer e amparar as famílias dos internos. “Quando um filho vai para o

sistema prisional, a gente fica muito desamparada, porque não tem política pública para familiares de presos. Naquela época não havia defensoria, e ali eu comecei fazer panfletagem, na porta da Febem, falando sobre a necessidade de começarmos a nos organizar para tentar mudar a situação em que nossos filhos estavam”, diz.

Ela relata ainda que as mães dormiam dentro da Febem porque quando estavam lá não havia rebeliões e, mesmo que houvesse, não morriam adolescentes nem funcionários. “Começamos

a ir para o Fórum, levar denúncias para o Ministério Público, fiscalizar as condições e denunciar para a mídia e o conselho tutelar”, afirma.

A Amparar atua distribuindo panfletos na porta do Centro de Detenção Provisória e nas filas de ônibus da Barra Funda e Carandiru. Também distribuiu mensagens de acolhimento aos familiares de detentos por whats app. “Quando uma pessoa vai presa, sua família não sabe onde ela está, não tem informação nenhuma sobre o processo. Isso acontece muito até hoje.



ENCONTRO DE DEMOLINDO PRISÕES, CULTIVANDO CAMÉLIAS. FOTO: REDES SOCIAIS

PERFIL

Aí, a gente vai orientar essa família, desde a entrada no presídio, para falar sobre os documentos necessários para receber informação. Começamos também a fazer rodas de conversa presenciais, tanto no território de Itaquera, no José Bonifácio, como no território de Sapopemba. E temos rodas online e cada 15 dias”, conta Railda. “Se elas querem discutir um assunto sobre violência doméstica, a gente coloca na pauta. Procuramos as pessoas para esclarecer, tirar dúvidas, tanto do familiar como do sobrevivente do cárcere”, explica.

Todo ano a Amparar tem o projeto de apadrinhamento de filhos de pessoas que estão no sistema prisional nos territórios de Sapopemba e de Itaquera, por meio do qual são cadastradas crianças filhas de presos e de presas para distribuições de sacolinhas e doações.

Sobre as perspectivas do coletivo Amparar, Railda afirma que houve um grande retrocesso no sistema prisional. “Estáva-



RODA DE CONVERSA COM FAMILIARES DE PRESOS EM SAPOPEMBA COM PARTICIPAÇÃO DA @DEBORA_BAIENSE. FOTO: REDES SOCIAIS

mos em quarto lugar no encarceramento em massa e hoje subimos para o terceiro, tanto de homens como de mulheres. O que a gente percebe é que o sistema piora cada dia mais. Hoje pessoas vivem lugares de tortura, insalubres, desumanos. Porque quando uma pessoa vai para o sistema prisional perde totalmente a sua identidade. Nesses espaços, perdem todos os direitos. Temos uma população muito jovem dentro do sistema, idosos, pessoas com problemas

de saúde e que estão morrendo. Em caso de óbito, a família não tem o direito de ter luto, de fazer o traslado para São Paulo, porque as nossas cadeias são muito longe da capital”, diz. Para ela, a dificuldade maior é lutar contra um Estado genocida, que prende pessoas pobres, negras e faveladas. “É um desafio muito grande, porque a gente ainda tem um Estado que não garante nossos direitos”. ■

SAIBA MAIS:

<https://www.instagram.com/amparar.assoc>

<https://www.facebook.com/AssociacaoAmparar>

Educação, arte e cultura na resitência negra e indígena

Desde o início de 2020, o Projeto Reconexão Periferias realiza programas para discutir os temas mais diversos relacionados às periferias, sempre dialogando com organizações, coletivos,

movimentos sociais, ativistas e militantes de todo o país. Durante os meses de outubro e novembro de 2024, foram exibidos programas com temas das edições 57 e 58 da revista Reconexão Periferias.

Os programas são exibidos mensalmente, sempre às terças-feiras, às 17h, horário de Brasília, no canal do Youtube da Fundação Perseu Abramo [youtube da FPA](#)

Confira os programas de outubro e novembro e acesse o canal da Fundação Perseu Abramo para assistir:

15/10/2024 Devastação, violência e resistência indígena na Amazônia

19/11/2024 Educação, arte e cultura na luta por igualdade



Leen Vandal

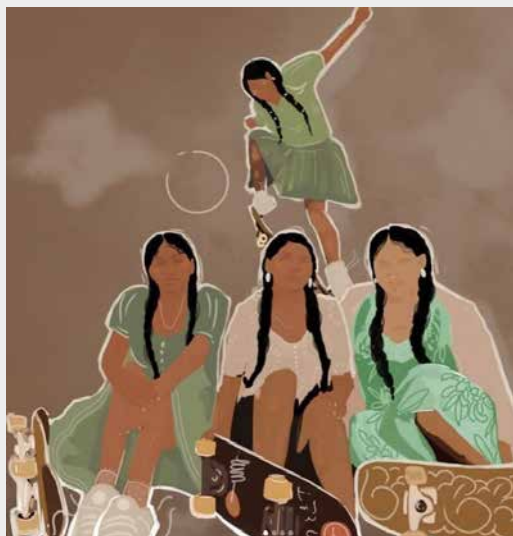


FOTO: ARQUIVO PESSOAL

Nascida no Vale do Paraíba, a artista visual urbana, ilustradora, grafiteira e tatuadora Leen Vandal aprimora sua arte com técnicas mistas

em tinta, graffiti, tattoo, ilustrações manuais e digitais. Desenvolve artes manuais, digitais e graffiti desde 2008 e tatua desde 2010. Desde

2017 é produtora cultural no Coletivo Triluna, composto por mulheres do Hip Hop, e integra o coletivo de arte urbana Mandacaru desde 2018.





Saiba Mais:
<https://www.instagram.com/leen.vandal>

OPORTUNIDADES DEZEMBRO/JANEIRO

Edital	Foco	Prazo	Link
Edital de intercâmbio cultural Minc nº 1, de 5 de outubro de 2023	Constitui objeto deste Edital a concessão de recursos financeiros com vistas a indenizar despesas de deslocamento, permanência e participação de agentes culturais, para apresentação de trabalho próprio, em eventos, festivais, feiras de negócios e outras atividades culturais, no Brasil e no exterior, que promovam o intercâmbio e a difusão de temas e expressões transversais que – por sua sazonalidade, peculiaridade, transversalidade ou ineditismo, não possuam locus institucional claramente definido no âmbito do Ministério da Cultura.	Até 31 de dezembro de 2026	https://mapas.cultura.gov.br/oportunidade/2059/
Edital FazCultura 2024 - Bahia	A Secretaria de Cultura do Estado da Bahia (SecultBA) anuncia a abertura das inscrições para o Programa Fazcultura 2024, iniciativa que viabiliza o patrocínio de projetos e atividades culturais em todo o território baiano. O programa disponibiliza R\$ 15 milhões em recursos para fomentar a produção cultural em diversas áreas, como música, teatro, dança, cinema, literatura, artes visuais, entre outras.	Até 31 de dezembro de 2024	https://siic.cultura.ba.gov.br/



F U N D A Ç Ã O
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

